



LEVANTAMENTO DA MALHA FUNDIÁRIA DA REGIÃO OESTE DA BAHIA

Léia Patricia Conceição Santos de Jesus

Clóvis Caribé Menezes dos Santos

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar os processos que permitiram a reconfiguração da atual estrutura fundiária do Oeste da Bahia, causadas pela implantação de uma moderna agricultura com características conservadora, viabilizada nos cerrados da região a partir do início da década de 1980, bem como as suas relações com os novos grupos e/ou classes sociais que se formaram a partir da modernização de sua agricultura. Procura analisar a dinâmica fundiária ocorrida em uma base territorial e socioambiental, na perspectiva de compreender como se desenvolveram os processos construtores de um espaço geográfico que engloba dois Territórios de Identidade da Região do Oeste da Bahia: Bacia do Rio Grande e Bacia do Rio Corrente.

Palavras chaves: Oeste da Bahia; Fundiário; Território

LEVANTAMIENTO DE LA RED DE TIERRAS DE LA REGIÓN OESTE DE BAHÍA

ABSTRACT

This work aims to analyze the processes that allowed the reconfiguration of the current land structure in the West of Bahia, caused by the implantation of a modern agriculture with conservative characteristics, made possible in the cerrados of the region from the beginning of the 1980s, as well as its relations with the new groups and / or social classes that were formed from the modernization of their agriculture. It seeks to analyze the land tenure dynamics that took place on a territorial and socio-environmental basis, in order to understand how the building processes of a geographic space that encompasses two Identity Territories in the Western Bahia Region: Rio Grande Basin and Rio Corrente Basin were developed.

Key words: West of Bahia; Land tenure; Territory

LEVANTAMIENTO DE LA RED DE TIERRAS DE LA REGIÓN OESTE DE BAHÍA

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar los procesos que permitieron la reconfiguración de la estructura de la tierra actual en el oeste de Bahía, causada por la implantación de una agricultura moderna con características conservadoras, que fue posible en los cerrados de la región desde principios de los años ochenta, así como su relaciones con los nuevos grupos y/o clases sociales que se formaron a partir de la modernización de su agricultura. Busca analizar la dinámica de la tenencia de la tierra que tuvo lugar sobre una base territorial y socioambiental, con el fin de comprender cómo se desarrollaron los procesos de construcción de un espacio geográfico que abarca dos territorios de identidad en la región occidental de Bahía: la cuenca del Río Grande y la cuenca del río Corrente.

Palabras clave: Oeste de Bahía; Tenencia de la tierra; Territorio

INTRODUÇÃO

Os espaços do território do estado da Bahia onde se constituiu a Região Oeste¹ até meados do século XX faziam parte de uma ampla região que era denominada como Sertão do Rio São Francisco, pois tem os seus grandes traços culturais marcados diretamente pelos vínculos com o rio São Francisco e seus afluentes, por uma estreita relação com os fenômenos naturais e por leituras e visões do mundo com forte inspiração no catolicismo.

O processo de constituição desses espaços regionais², que hoje compõe os Territórios de Identidade Bacia do Rio Grande e Bacia do Rio Corrente, começa a partir de 1752, com os desmembramentos do município de Barra do Rio Grande (hoje pertencente ao Território de Identidade Bacia do Rio Grande). Por questões político-administrativas e econômicas, os espaços territoriais do Oeste da Bahia vêm passando por constantes modificações e desmembramentos, com a criação de novos municípios a partir de municípios preexistentes.

O processo de ocupação desses espaços data do século XVI, com as doações de terras e o início das penetrações pelo sertão. Essas terras recém “descobertas”, que estavam delimitadas às áreas do seu litoral, foram incorporadas para fins de ganhos da coroa portuguesa, com as vantagens econômicas a partir dos espaços dos vales, que possuíam boas zonas de pastagens para o desenvolvimento do criatório de gado (SANTOS, 2000).

¹Com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o governo da Bahia passou a partir de 2007 a reconhecer a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos de acordo com especificidade de cada região.

² Os municípios que fazem parte da Região Oeste para esse artigo são os que compõem os dois Territórios de Identidade: Bacia do Rio Grande (com 14 municípios) e Bacia do Rio Corrente (com 11 municípios).

A distribuição de terras da região foi coordenada pela Casa da Torre (Garcia d'Ávila) e pela Casa da Ponte (Guedes de Brito), cuja lógica “teve o sentido de, em primeiro lugar, instalar-se nos varegados, vazantes e carnaubais para desenvolver a pecuária, o que permitiu perceber, no decorrer do século XVII, a existência de inúmeros currais pelas margens do rio” (GUERREIRO DE FREITAS, 1999a, p. 71).

Durante o século XVII, Garcia d'Ávila, após diversas batalhas com índios da região, no afã de conquistar territórios, estabeleceu-se na confluência do rio Grande com o São Francisco, fundando a Fazenda Barra, de que posteriormente se originou o primeiro município da margem esquerda do rio São Francisco e que jurisdicionava toda a Região do Sertão do São Francisco, estendendo-se às fronteiras de Goiás (ao Oeste), Minas Gerais (ao Sul) e às do Piauí (ao Norte). A Barra do Rio Grande, povoação elevada a vila em 1695, era, nos princípios do século XIX, um centro de cultura e principal entreposto comercial entre os estados da Bahia, Minas Gerais, Goiás e Piauí.

Mesmo com o desbravamento dos territórios pertencentes ao Sertão do São Francisco, entre os séculos XVI e XVIII, por atividades itinerantes, elas não foram eficazes para desenvolver o povoamento e a economia regional que continuou, durante todo o século XIX e a primeira metade do século XX, não apresentando grandes transformações na região. Nessa perspectiva, Santos, (2000, p. 36) salienta:

A região passou por uma estagnação prolongada. Dependendo da atividade pecuária, sem que nenhuma das iniciativas governamentais, adotadas desde a província, apresentasse resultados concretos no processo mais amplo de desenvolvimento econômico. Os latifúndios mantêm suas características, formando propriedades de bom tamanho e o domínio dos “Coronéis” e “Capitães”, em sua maioria fazendeiros, comandantes de um pequeno exército nas suas fazendas, comerciantes, chefes políticos incrustados nos organismos do Estado, são inquestionáveis.

Trata-se de um espaço territorial que nem sempre esteve sob a jurisdição do estado da Bahia. Quando houve a divisão do Brasil em capitanias hereditárias, as terras localizadas à margem esquerda do rio São Francisco primeiro foram oferecidas a Pernambuco. Antes de ser repassadas definitivamente à Bahia em 1827, foram anexadas ao estado de Minas Gerais.

Os municípios integrantes da referida região permaneceram, até a primeira metade do século XX, sendo considerados como um imenso território de reserva, parcamente

ocupado e com baixo nível de atividade econômica. Sua rede urbana³ apresentava-se com poucas nucleações de importância: uma rede de vilarejos dispersos na área rural, com pouca conexão entre si.

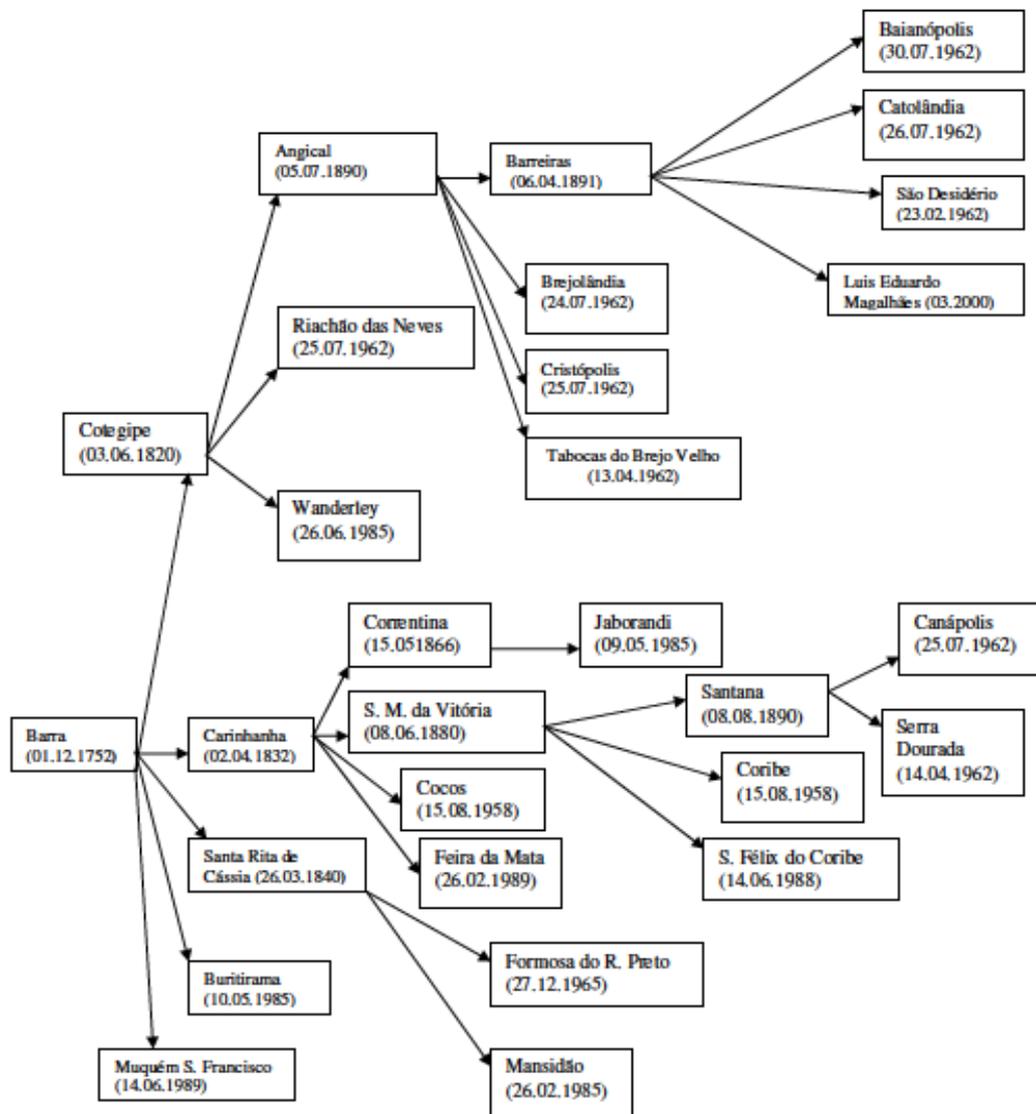
Por causa de suas bases de organização social e econômica, “a região permaneceu durante muitos anos com uma mesma forma de inserção na divisão regional do trabalho: pecuária extensiva, agricultura mercantil simples, praticada principalmente nos vales, e extrativismo para exportação. Com base nestas formas de organização social da produção desenvolveu-se a economia de maneira lenta, sendo restritos os níveis de ocupação do espaço no imenso território, que era explorado de forma rarefeita. Sua base econômica era, assim, fundamentalmente agrícola, produzindo gêneros alimentícios e matérias-primas com baixa incorporação de valor. Essa economia rudimentar também não causava grandes impactos negativos no meio ambiente, dada a disponibilidade dos recursos naturais e o modelo tradicional de exploração desses recursos, “além do reduzido contingente populacional que habitava as terras da imensa região” (CAR, 1998, p. 121).

Em decorrência das transformações sociais, econômicas e políticas, o processo de constituição territorial da região passou por várias fases de desmembramento em unidades administrativas. Inicialmente, a partir de desmembramentos ocorridos do município de Barra do Rio Grande, originaram-se os municípios que compõem os Territórios de Identidade Bacia do Rio Grande e Bacia do Rio Corrente.

A onda emancipacionista ocorrida no Oeste da Bahia, que se acelerou na década de 1960, era parte de uma dinâmica de transformações espaciais que ocorria no território nacional, inclusive com a mudança da capital do país do Rio de Janeiro para Brasília. Conforme pode ser visto a partir da Figura 1, os processos de desmembramentos e ampliação na constituição de novos municípios nos espaços territoriais na Região Oeste da Bahia passaram por várias fases; houve um número significativo de desmembramentos e criação de novos municípios na década de 1960.

³ A definição de urbano é a utilizada pelo IBGE, a qual inclui todas as sedes dos municípios e distritos, independentemente do seu tamanho, densidade ou equipamentos. Refere-se a território político-administrativo.

FIGURA 1 - REGIÃO OESTE DA BAHIA - EVOLUÇÃO DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA



Fonte: Santos, 2000

A Região Oeste da Bahia foi, com o passar do tempo, se constituindo num espaço tão vasto quanto heterogêneo, socialmente e fisicamente, encontrando-se grande variedade de ecossistemas, inclusive manchas de florestas e variados tipos de solos, clima, relevo e altitudes.

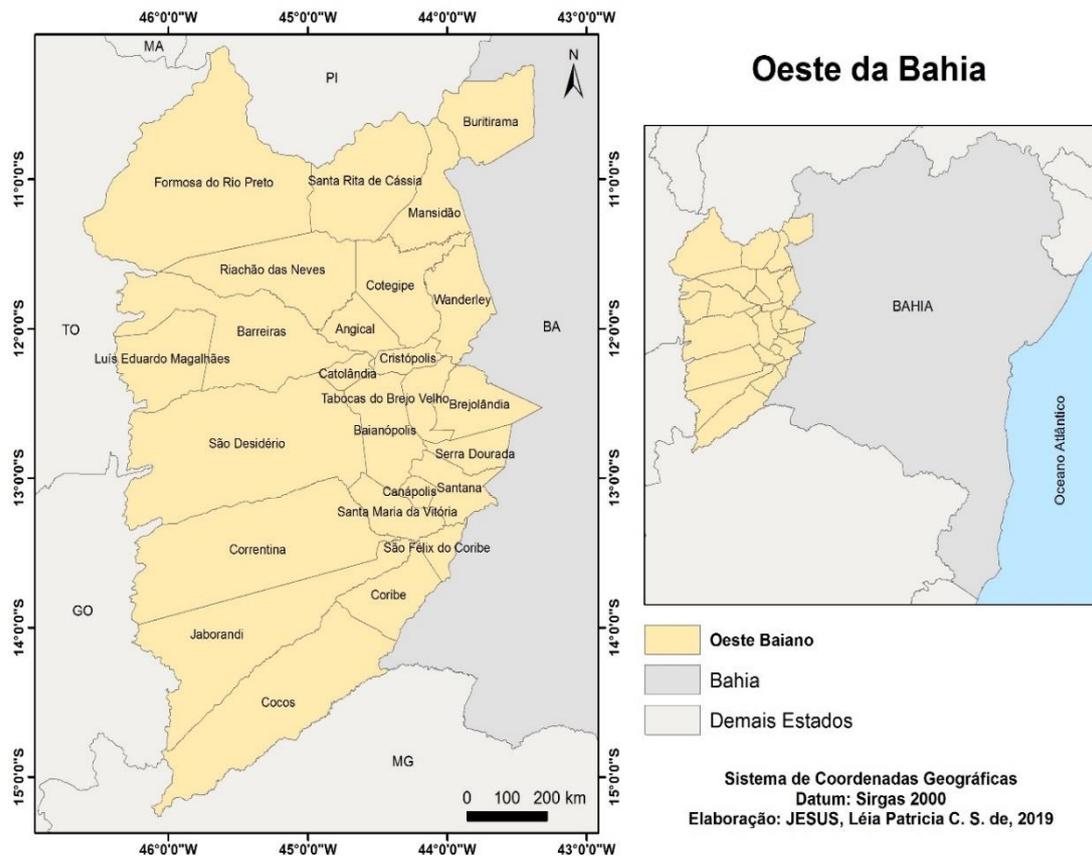
Durante séculos, desde os primeiros povoadores (sesmeiros), oriundos das velhas famílias portuguesas, que não procuraram criar mecanismos de composições sociais ou políticas com as populações locais até o final dos anos 1960, os espaços territoriais da Região Oeste da Bahia acumularam lentamente modos de vida nos quais a presença localizada e direta da modernização não ameaçava a maioria das práticas tradicionais e até as reforçava. Como resultado dessa estrutura social, econômica e política, originaram-se os inúmeros latifúndios que permeiam as cidades da região até o momento.

As modificações territoriais ocorridas no Oeste da Bahia gradativamente acarretaram transformações econômicas, demográficas e principalmente em sua infraestrutura de comunicações. A proximidade do raio de influência da nova capital do país, Brasília, e a necessidade da construção de vias com acesso ao Brasil Central permitem à região uma nova dinâmica econômica e demográfica. Para viabilizar a construção do programa de estradas interligando a região a outros espaços, instalou-se em Barreiras, em 1969, o 4º Batalhão de Engenharia e Construção para, em um primeiro momento, efetuar a abertura da principal estrada que atravessa a Região, a BR-242. A partir da abertura dessa estrada, novas vias foram criadas no interior, surgiram novos povoamentos, desatrelados do curso dos rios, que determinaram o processo de ocupação inicial da região e com cultura bastante diferenciada.

A região, a partir do final da década de 1960, ficou mais próxima dos grandes centros e a partir de definições e intervenções governamentais planejadas que visavam a mudança do perfil do Estado no Brasil, projetos geopolíticos foram pensados e executados, propondo uma ocupação de espaços do território da região Centro-Oeste, que tiveram marcante participação na mudança do perfil regional, criando nos seus espaços uma nova dinâmica econômica, demográfica e principalmente em sua infraestrutura de comunicações nos seus espaços regionais.

Essa nova dinâmica, viabilizada a partir de conjunto de ações do Estado contribuiu decisivamente para a nova configuração regional e com a seguinte composição de municípios (MAPA 1).

MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO E ATUAL CONFIGURAÇÃO DA REGIÃO OESTE DA BAHIA



A RECENTE OCUPAÇÃO DOS CERRADOS DA REGIÃO OESTE DA BAHIA

A partir do final da década de 1970 a região foi marcada pelo ingresso de considerável volume de investimentos de capital com a chegada de grandes grupos empresariais, de agricultores individuais com tecnologia inovadora, oriundos de outras regiões do país e de grandes fluxos populacionais. Tal processo foi possível porque ocorreu de forma mais intensa a partir de uma estratégia que delineada melhor sua natureza para o setor agrícola nacional, presente no IIº Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – no governo do general Ernesto Geisel (1974 – 1979), onde a intensificação do processo de modernização sob a ótica conservadora da agricultura brasileira se transformou em meta prioritária e teve como espaço prioritário para viabilizar o proposto as áreas de cerrados, que são característica marcante no interior do Planalto Central do país, abrange os Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Maranhão, Piauí e Distrito Federal. Privilegiadas

por uma alta vocação para agricultura, permitem produções contínuas no mesmo ano agrícola (rotações intensivas) e múltiplas combinações entre as culturas compatíveis, num dado período.

A Região Oeste da Bahia possui em grande parte do seu território o Bioma Cerrado. Essa virtude e a riqueza de tal bioma possibilitaram a constituição de um novo ciclo de desenvolvimento, a partir do final da década de 1970, com intenso e rápido processo de transformações espaciais, um vigoroso movimento populacional intrarregional e inter-regional ocasionando a urbanização intensa do principal município da Região: Barreiras.

Os cerrados baianos da Região Oeste foram incorporados como área produtiva no cenário econômico nacional, no período de viabilização do processo de modernização conservadora ou compulsória da agricultura nacional (1967-1981). Nesse período, os espaços de cerrados da região foram incorporados ao processo para criação de uma nova fronteira agrícola nacional e ao movimento de expansão do capital no campo. Era um período em que se buscava implantar um padrão técnico-econômico por cima das condições de mercado, transformação e incorporação das atividades agrárias brasileiras à dinâmica industrial, comercial e financeira prevalecente no país.

Por se tratar de decisão entre os diversos segmentos envolvidos no processo de ocupação de uma nova fronteira agrícola no país, os processos que passaram a ocorrer na região resultaram da busca de apropriação das vantagens da presença de terras baratas, de localização de matéria-prima, de baixo valor da força de trabalho e dos incentivos fiscais, caracterizando-se, “de um lado, pela sua extrema reticência e, de outro, pelo seu elevado grau de internacionalização, em termos de demanda inicial e padrão produtivo agroindustrial” (MULLER, 1989, p. 109). Trata-se de um processo recente de modernização da agricultura brasileira, que avançou bastante a partir do início da década de 1970, com um ritmo rápido de expansão a partir do final dessa década e encontrou na Região Oeste do estado da Bahia condições propícias para viabilizar o seu viés excludente, desigual e parcial, por espaços na própria região, principalmente pelo tipo de produtor que seria incorporado.

A região consolidou, a partir do início da década de 1980, um modelo de desenvolvimento elaborado e implantado consoante com uma política de planejamento nacional, conferindo novas características à sua dinâmica econômico-social. Verificou-se, com os novos contornos econômicos, a consolidação de sua estrutura fundiária com características extremamente concentradoras no uso e na posse da terra, a configuração de

uma nova malha rodoviária regional, visando a atender às novas demandas do setor agrícola, uma nova configuração da população, com a intensificação, quer do processo de urbanização e concentração urbana, quer da ocupação com atividades econômicas de novas fronteiras interioranas.

Para Santos Filho (1988, p. 64), “os cerrados baianos se desenvolvem e se estruturam enquanto região em função das necessidades do capital industrial e financeiro no seu desenvolvimento em nível nacional e internacional, particularizadas nas necessidades de subordinar espaços cada vez mais importantes da agricultura brasileira”. A sua ocupação fez parte, a partir do fim da década de 1970, de um processo amplo de modernização da agricultura brasileira, pois ofereceu oportunidade de expansão da fronteira agrícola, que enfrentava restrições no Centro-Sul e dificuldades de penetração na Amazônia.

Os espaços de cerrados do Oeste da Bahia que eram visto como sem funcionalidade e por isso abandonados pelas classes dominantes baianas, a partir do final da década de 1970 passam a fazer parte do projeto de expansão da fronteira agrícola nacional e inicia-se um novo ciclo de desenvolvimento, com intenso e rápido processo de transformação, além de um vigoroso movimento populacional intrarregional e interregional ocasionando a urbanização intensa do seu principal município – Barreiras.

A farta desorganização da escrituração imobiliária das terras no Oeste da Bahia permitiu em toda a sua história a constituição de uma malha e estrutura fundiária fortemente concentradas e absolutizadas. Atinge os dois Territórios de Identidade (Bacia do Rio Grande e Bacia do Rio Corrente), pois apresenta um dos mais elevados índices de Gini⁴ da estrutura fundiária no estado. Essas características presentes na malha fundiária do Oeste da Bahia contribuíram efetivamente para a consolidação do modelo de ocupação agrícola concentrado que acontece nos seus espaços de cerrados e vales. E possibilita todos os tipos de conflitos fundiários, o incentivo das atividades de grilagem⁵ de terras, principalmente nas que apresentavam propícias condições da expansão agrícola.

CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICA E DEMOGRÁFICA

⁴ O índice de Gini refere-se a uma “medida do grau de concentração de uma distribuição que varia entre zero e um. Teríamos $G=0$ se houvesse perfeita igualdade na distribuição da posse da terra, isto é, se todos os estabelecimentos tivessem a mesma área e houvesse milhares de microminifúndios quase sem terra. Um índice de Gini superior a 0,8 mostra, sem dúvida alguma, que há uma forte concentração da posse da terra” (HOFFMANN, 1979, p. 208).

⁵ Processo de apropriação indevida das terras dos outros (proprietários, posseiros ou trabalhadores rurais) ou da União, do estado e/ou dos municípios, sem que tenha direitos legais sobre elas. Atividades corriqueiras na história recente do Oeste Baiano.

O cerrado é um dos biomas mais ricos do mundo, o segundo maior bioma do Brasil, abrange os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná e São Paulo (MAPA 2). Considerado como a savana brasileira, ocupa aproximadamente 24% do território nacional, em uma área de 2.036.448 km²: “é reconhecido como a savana mais rica do mundo em biodiversidade: a flora tem 4.400 espécies exclusivas; a fauna apresenta 837 espécies de aves, 67 gêneros de mamíferos, 150 espécies de anfíbios e 120 de répteis” (IBGE, 2019); ocupa 27% do território baiano estando localizado em sua Região Oeste.

MAPA 2 - LOCALIZAÇÃO DO BIOMA CERRADO

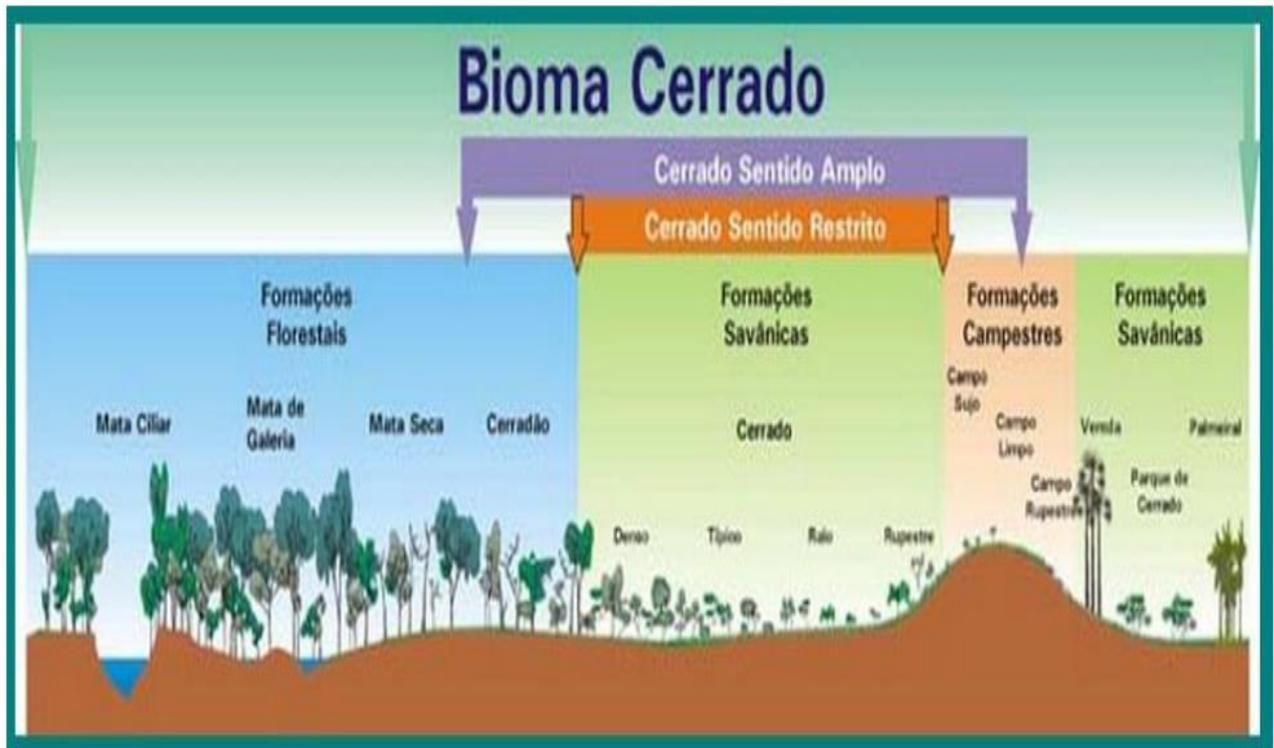


Fonte: Reis, 2014.

O clima do bioma cerrado “é marcado por uma estação seca, que geralmente pode durar de 5 a 7 meses, com baixa umidade e chuvas escassas e um período de chuvas intensas, intercaladas por curtas estiagens durante os meses de outubro a abril” (SANTOS, 2000). Entre o verão e a primavera, período chuvoso, podem ocorrer períodos secos, que chegam a durar dias, os quais são denominados regionalmente de “veranicos”. Segundo Reis (2014, p.37), “o clima predominante no cerrado é o tropical com forte sazonalidade – verão chuvoso (500 mm) e inverno seco (20 mm) – com temperatura média anual de 25° C, registros mínimos próximos a 10° C, ou até menos, nos meses de maio, junho e julho”.

A morfologia da região conta, em sua maior área, principalmente no Brasil-Central, com pouca variação topográfica, o que permite a formação de um relevo bastante planificado, com a formação de latossolos profundos – ressalte-se que, por causa do grande processo de lixiviação que ocorre na regiões de cerrado, os solos são ácidos e deficientes em numerosos componentes químicos (FERRI, 1974) –, onde se desenvolve heterogênea vegetação, que, segundo a EMBRAPA CERRADO (2013, apud Reis, 2014, p.40), é composta de uma diversidade de fisionomias. São descritos pelo menos 11 tipos principais de vegetação, sistematizados em formações florestais (Mata Ciliar, Mata de Galeria, Mata Seca e Cerradão), savânicas (Cerrado sentido restrito, Parque de Cerrado, Palmeiral e Vereda) e campestres (Campo Sujo, Campo Limpo e Campo Rupestre). A Figura 2 ilustra a diversidade fisionômica do Bioma Cerrado.

FIGURA 2 - TIPOS DE VEGETAÇÃO DO BIOMA CERRADO



Fonte: EMBRAPA/Cerrado, 2014. Ilustração: José Felipe Ribeiro.

Os cerrados baianos, situados na Região Oeste do estado, encontram-se localizados entre as coordenadas 10,05° e 15,30° de latitude sul e entre 43,25° e 46,70° de longitude oeste, abrangendo uma superfície de aproximadamente 120.939 km² (MAPA 2).

O clima predominante no Oeste baiano varia entre subúmido e seco, com duas estações bem definidas – seis meses com chuvas e seis meses de seca, o que favorece vegetação de Cerrado sobre latossolo vermelho-amarelo distrófico.

A estrutura geomorfológica bastante plana propicia a ocupação de suas terras, o que foi possibilitado, em um primeiro momento, de forma extensiva, pela pecuária e, contemporaneamente, pela moderna agricultura de grãos. A região ainda apresenta aspectos naturais positivos por conseguir suprir seus *déficits* de recursos hídricos e de acidez no solo, com recursos hídricos abundantes e fontes de calcário próximas à região (SANO et al., 2011).

Geograficamente, os espaços regionais, que vêm despertando maior procura para a ocupação com a moderna agricultura de grãos, têm cerca de 2,5 milhões de hectares situados no planalto Urucuia, uma das áreas mais produtivas do Brasil. Os calcários do Grupo Bambuí

se estendem por uma grande área e de fácil exploração para atender aos processos de correção dos solos, que são naturalmente ácidos.

O Bioma Cerrado ocupa 25% do território brasileiro, com área que se estende por aproximadamente 1.800.000 km²; 50 milhões de hectares dessa área apresentam potencial para agricultura, com uma extensa rede hídrica – rios das maiores bacias hidrográficas brasileiras: do Amazonas, Tocantins, Paraná e São Francisco (IBGE, 2010). “Os Cerrados brasileiros sempre foram utilizados como áreas naturais de pastagem, porém com a crescente demanda de alimentos” (ASSIS et al., 1994, p. 21), sua vegetação e sua imensa área contínua despertaram o interesse e a cobiça de estrangeiros, como um estigma que pesasse sobre a aparente monotonia de sua paisagem (SAN MARTIM & PELEGRINI, p. 45). Entretanto, segundo a Embrapa (2006), as possibilidades produtivas do Cerrado só atraíram atenção de parte das estruturas governamentais e de grupos econômicos, ligados ao setor agrícola, no final da década de 1960 e início da década de 1970, com a confirmação, a partir de pesquisas científicas realizadas por organismos estatais, da possibilidade de exploração econômica desse vasto espaço.

Santos (2000) observa que “as áreas dos cerrados, após estudos e comprovações técnicas que indicaram potencialidades produtivas, constituem uma das maiores reservas do mundo para a expansão imediata da fronteira agrícola. Estudos de alternativas para ocupação e exploração dos cerrados foram promovidos pelo governo federal, que fomentou o desenvolvimento de pesquisas e experiências técnicas de seleção de culturas adaptáveis e estabeleceu acordos de cooperação técnica com governos e instituições de outros países”. Assim, as áreas com o Bioma Cerrado passam a ser mais bem estudadas e trabalhadas, dando funcionalidade e visibilidade em termos nacionais, antes quase inexistentes.

Os espaços com cerrados dos estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Bahia, Piauí e Maranhão estão sendo atingidos, cada vez mais, por um processo conservador de modernização agrícola que acontece no país desde o início da década de 1970. A exploração e apropriação do Cerrado baiano para desenvolvimento da moderna agricultura ocorreu a partir de decisões e definições do Estado nacional, com estabelecimento da execução de projetos, programas, ações e implementação de políticas públicas nos seus espaços.

O programa que mais possibilitou a instalação da moderna agricultura conservadora nos espaços de Cerrado do Oeste foi o PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-

Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados). Executado em parceria com o governo japonês, que foi responsável por mudanças significativas nos espaços de cerrados do Brasil, beneficiou prioritariamente setores ligados ao capital, propiciando a continuidade da expansão industrial (produção de maquinários modernos), a transformação tecnológica e o desenvolvimento, em bases empresariais, da agricultura brasileira. Provocou mudanças na estrutura fundiária e produtiva ao incentivar a criação de fazendas de grande porte, agricultores com suporte empresarial e com capacidade de utilizar novas tecnologias intensivas em capital, na especialização de seu espaço em alguns produtos agrícolas, especialmente grãos, e mudanças nas relações de trabalho com o predomínio de mão de obra temporária.

As ações do PRODECER modificaram a realidade do Oeste baiano, pois induziram ao processo de aceleração da ocupação de suas áreas de cerrado e a consolidação de uma dinâmica voltada para a produção intensiva de grãos – principalmente soja e a instalação de agroindústrias em poucas cidades dos dois Territórios de Identidade (Barreiras, Correntina, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério).

A densidade demográfica média da área de estudo é representada pelo índice de 8,17 hab/km² (IBGE, 2010), com população total de 568.176 habitantes, que corresponde a 4,05% da população da Bahia – 14.016.906 habitantes. Entretanto, é possível notar, a partir da Tabela 1, que a distribuição da população no Oeste da Bahia é desigual, demonstrando que grande contingente populacional se encontra nos municípios da parte ocidental da região. Outro dado que chama a atenção é que 80,46% dos municípios estão abaixo ou próximos da média demográfica da região. Também é possível notar a existência de vazios populacionais, a exemplo do município de Jaborandi, cuja densidade demográfica foi de 0,94 hab/km², conforme o último censo.

Os municípios que possuem maior densidade demográfica são: Canápolis, Santa Maria da Vitória, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Félix do Coribe, Santana, Serra Dourada e Cristópolis.

Com o avanço da fronteira agrícola nacional, o Oeste da Bahia se especializou na produção intensiva de grãos, tais quais: algodão herbáceo, amendoim, café, feijão, mamona, milho, soja e sorgo.

QUADRO1- DENSIDADE DEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA REGIÃO OESTE DA BAHIA

Municípios	Densidade demográfica
Angical	9,21
Baianópolis	4,14
Barreiras	17,49
Brejolândia	4,04
Buritirama	4,97
Canápolis	21,52
Catolândia	4,06
Cocos	1,79
Coribe	5,67
Correntina	2,62
Cotegipe	3,25
Cristópolis	12,73
Formosa do Rio Preto	1,37
Jaborandi	0,94
Luís Eduardo Magalhães	15,25
Mansidão	3,96
Riachão das Neves	3,87
Santa Maria da Vitória	20,49
Santa Rita de Cássia	4,39
Santana	13,60
São Desidério	1,82
São Félix do Coribe	13,74
Serra Dourada	13,45
Tabocas do Brejo Velho	8,31
Wanderley	4,22

Fonte: IBGE, 2010.

OBJETIVO

Analisar os processos que permitiram a configuração da atual estrutura fundiária do Oeste da Bahia e a modernização de sua agricultura a partir de fins da década de 1970.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos adotados para a elaboração deste trabalho foram os seguintes: levantamentos bibliográficos, estudos exploratórios sobre a temática, construção de um banco de dados sobre a estrutura fundiária dos municípios integrantes do Oeste da Bahia (Censos Agropecuários de 2006 e 2017), pesquisa de dados sobre esses municípios.

PANORAMA FUNDIÁRIO DO OESTE BAIANO

A questão fundiária sempre foi vista no Brasil como de interesse do Estado. Durante o ciclo dos governos militares, essa questão foi tratada como “problema” de segurança nacional.

À semelhança do sistema fundiário nacional, na Bahia a concentração da posse e do uso da terra tem vigência desde o início da colonização, com a ocupação progressiva do seu território enquanto um empreendimento mercantil baseado na grande propriedade. Esse modo de exploração econômica foi importante na determinação da atual estrutura fundiária do estado.

A partir da ocupação de terras antes consideradas improdutivas economicamente, a Região Oeste da Bahia experimentou um intenso e rápido processo de transformações, com uma mobilização de capitais jamais vista no setor agrícola de qualquer outro espaço do estado. Foram investimentos do estado em pesquisas, aportes de recursos financeiros e econômicos que aconteceram sem alterações na estrutura fundiária, pois esta, ao contrário, dentro da perspectiva que se apresentava, manteve-se bastante concentrada.

O processo de modernização conservadora da agricultura viabilizado no Oeste baiano acelerou a concentração da propriedade fundiária nos cerrados da região. Trata-se de um processo que apresenta tendência regional, agora com muita mais intensidade do que no período inicial de expansão da implantação da fronteira agrícola. O que pode ser observado a partir dos dados sintetizados e presentes nas tabelas a seguir dos Censos Agropecuários dos anos de 2006 e 2017:

1. No de 2006:

a. os estabelecimentos com menos de 100 hectares eram 70% do total de imóveis (12.024) e ocupavam 407.548ha da área agrícola da região, que equivalia a 7% da área total com agricultura;

b. os estabelecimentos acima de 500ha eram 1.819, representavam 11% do total de imóveis e ocupavam 82% do total da área agrícola regional (5.079.379ha).

2. No de 2017:

Quando trabalhamos os mesmos segmentos a partir do censo agropecuário de 2017, apontamos o quanto esse processo e tendências de concentração da propriedade fundiária na Região Oeste da Bahia vêm se acentuando, a saber:

a. Os estabelecimentos com menos de 100ha são 71,70% do total de imóveis (11.438) e ocupam 376.365ha da área agrícola da região, que equivale a 5,75% da área total com agricultura;

b. Os estabelecimentos acima de 500ha são 1.600 e representam 10,3% do total de imóveis e ocupam 85,68% do total da área agricultável da região (5.609.604ha).

QUADRO 2 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DA BAHIA - 2006

Grupo de área total (ha)	Total de imóveis	%	Área total (ha)	%
De 10 a menos de 100	12.024	70	407.548	7
De 100 a menos de 500	3.341	19	645.302	11
De 500 a menos de 2.500	1.301	8	1.377.090	22
De 2.500 e mais	518	3	3.702.289	60
Total	17.184	100	6.132.229	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.

QUADRO 2A - ESTRUTURA FUNDIÁRIA DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIADO RIO GRANDE - 2006

Grupo de área total (há)	Total de imóveis	%	Área total (ha)	%
De 10 a menos de 100	5.597	64,55	193.594	5,60
De 100 a menos de 500	1.854	21,38	365.250	10,56
De 500 a menos de 2.500	912	10,52	961.531	27,80
De 2.500 e mais	307	3,54	1.937.778	56,03
Total	8.670	100	3.458.153	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.

QUADRO 2B - ESTRUTURA FUNDIÁRIA DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIADO RIO CORRENTE - 2006

Grupo de área total (há)	Total de imóveis	%	Área total (ha)	%
--------------------------	------------------	---	-----------------	---

De 10 a menos de 100	6.427	75,49	213.954	8
De 100 a menos de 500	1.487	17,46	280.052	10,47
De 500 a menos de 2.500	389	4,57	415.559	15,54
De 2.500 e mais	211	2,48	1.764.511	65,98
Total	8.514	100	2.674.076	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.

QUADRO 3 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DA BAHIA - 2017

Grupo de área total (ha)	Total de imóveis	%	Área total (ha)	%
De 10 a menos de 100	11.438	71,70	376.365	5,75
De 100 a menos de 500	2.914	18,27	561.389	8,57
De 500 a menos de 10.000	1.463	9,17	3.013.029	46,02
De 10.000 e mais	137	0,86	2.596.575	39,66
Total	15.952	100	6.547.358	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017.

QUADRO 3A - ESTRUTURA FUNDIÁRIA DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO RIO GRANDE - 2017

Grupo de área total (ha)	Total de imóveis	%	Área total (ha)	%
De 10 a menos de 100	5.497	65,98	187.395	4,32
De 100 a menos de 500	1.679	20,15	331.608	7,64
De 500 a menos de 10.000	1.068	12,82	2.240.065	51,63
De 10.000 e mais	87	1,04	1.579.189	36,40
Total	8.331	100	4.338.257	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017.

QUADRO 3B - ESTRUTURA FUNDIÁRIA DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO RIO CORRENTE - 2017

Grupo de área total (ha)	Total de imóveis	%	Área total (ha)	%
De 10 a menos de 100	5.941	77,95	188.970	8,55
De 100 a menos de 500	1.235	16,20	229.781	10,40
De 500 a menos de 10.000	395	5,18	772.964	34,99
De 10.000 e mais	50	0,66	1.017.386	46,05
Total	7.621	100	2.209.101	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017.

Conforme estas tabelas, o processo evolutivo da concentração fundiária presente nos espaços territoriais da região, que perdura na sua história, vem-se consolidado não somente nas suas pontas, como pode ser visto nas análises acima, como também nas suas faixas intermediárias, em que os estabelecimentos que contam com áreas entre 100 e menos de 500ha, segundo os Censos Agropecuários de 2006 e 2017, tiveram modificações significativas nas áreas ocupadas por essa faixa de imóveis: em 2006, 3.341 imóveis

ocupavam 11% das terras agrícolas da região (645.302ha); em 2017, 2.914 imóveis, com 561.389ha (8,575).

Considerando as características predominantes da agricultura praticadas nos cerrados – altamente concentradora de terras, a região vive hoje uma série de indefinições, muito por causa da real ruptura entre os espaços de moderna agricultura com os seus ganhos produtivos com áreas superiores a 500ha e os espaços onde se concentra a produção agrícola tradicional (com áreas inferiores a 100ha e/ou superiores, onde estão as comunidades tradicionais dos vales e os geraizeiros – nome dado a essas comunidades – e que desenvolve práticas agrícolas adaptadas às características do bioma e às suas possibilidades de produção).

Confirmando-se a tendência apontada nos dois últimos dois Censos Agropecuários, caso não se desenvolva uma profunda ruptura, a partir da organização das sociedades tradicionais locais na direção que assegure a sua manutenção através de políticas públicas e mais à frente modifique as estruturas quanto ao acesso à terra e sua ocupação, os estabelecimentos com áreas inferiores a 100ha no Oeste baiano podem estar cada vez mais reduzindo o seu significativo papel na economia regional, transformando um certo número desses estabelecimentos em locais de moradia, sítio ou local de produção, com pequenos rendimentos econômicos e/ou para o consumo familiar. As exceções nesses espaços ocorrem em áreas que contam com produtores que desenvolvem atividades agrícolas irrigadas - as quais são altamente tecnificadas – ou as áreas de pequena agricultura integradas às estruturas vinculadas aos pacotes tecnológicos e aos complexos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscar compreender a estrutura fundiária da Região Oeste da Bahia perpassa pela percepção de como o território brasileiro vem sofrendo um processo de apropriação histórico, como se verifica na contemporaneidade. A estrutura fundiária concentrada e desigual dessa região do estado tem favorecido o progresso do agronegócio, com base na produção de grãos e na desorganização de sua sustentabilidade no que se refere a seus recursos naturais.

Neste sentido, o papel desempenhado pelas políticas públicas como agente viabilizador do processo de expansão da fronteira agrícola, fornecendo apoios fiscais e creditícios, implantando uma infraestrutura física e institucional, viabilizando as regularizações de grandes faixas de terras, foi um dos aspectos responsáveis pela consolidação

de grandes propriedades e a constituição de grandes empresas agrícolas, ocupando espaços antes considerados devolutos.

Como no conjunto das regiões do estado e do país, a estrutura da propriedade no Oestebaiano está assentada em bases econômicas excludentes. Os dados presentes nos censos agropecuários disponibilizados pelo IBGE representam a realidade fundiária regional. Após analisar os dados da malha fundiária nessa região da Bahia, é possível afirmar que em seus dois Territórios de Identidade há um espaço cuja distribuição de terras está altamente concentrada. Mesmo contendo grande quantidade de terras improdutivas, públicas e devolutas no seu território, o conservadorismo no campo prevalece em relação aos interesses sociais.

Diante das características conservadoras presentes no contexto da modernização agrícola brasileira, os dados apresentados devem ser entendidos como componentes de uma situação mais ampla, ainda que circunstanciados nos municípios que foram “eleitos” para fazer parte do processo que se instalou nos cerrados baianos. Mesmo diante de todo o avanço tecnológico e da fronteira agrícola, a utilização das terras do Oeste baiano ainda é feita em bases conservadoras e excludentes, perfil este que tem beneficiado o capital e uma pequena parte da sociedade.

REFERÊNCIAS

AIBA. ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA. Informações ambientais. Disponível em: <<http://aiba.org.br/agronegocio/>>. Acesso em: 31 jun. 2019.

BAHIA. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEPLANTEC/ Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR. Uso da terra: Oeste estado da Bahia – Salvador: 1998. (Cadernos CAR, 2).

BAHIA. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEPLANTEC/ Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR. Política de desenvolvimento regional para o Oeste da Bahia. Salvador: 1993. 75 p. (Cadernos CAR, 1).

_____. OESTE DA BAHIA: PERFIL REGIONAL: Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável -PDRS. Salvador: 1995. (Cadernos CAR, 8).

_____. SUBESPACIALIZAÇÃO REGIONAL: OESTE DA BAHIA. Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS. Salvador: 1997. (Cadernos CAR, 23).

_____. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL – PDRS Oeste da Bahia.

Salvador: 1998.

EMBRAPA CERRADOS: A PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO CERRADO BAIANO. Disponível em: <<http://www.cpac.embrapa.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

Embrapa. TRAJETÓRIA DA AGRICULTURA BRASILEIRA. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/visao/trajetoria-da-agricultura-brasileira>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

GASPAR, T. P.; CAMPOS, J. E. G. O SISTEMA AQUÍFERO URUCUIA. Revista Brasileira de Geociências. 37(4 - suplemento): 216-226, dez. 2007. Arquivo digital disponível on-line no site <www.sbgeo.org.br>. Acesso em: 01 ago.2019.

IBGE. BANCO DE DADOS AGREGADOS. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 ago./2018.

IBGE. CENSO AGROPECUÁRIO 2006: resultados. Rio de Janeiro: [s. n.], 2017.

IBGE. CENSO AGROPECUÁRIO 2017: resultados preliminares. Rio de Janeiro: [s. n.], 2017.

REIS, S. L. da S. *Desenvolvimento e natureza: adinâmica de ocupação do cerrado e repercussões ambientais na região agroexportadora do Oeste baiano*. 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SANO, Edson Eyji et al. Fronteira agrícola do Oeste baiano: considerações sobre os aspectos temporais e ambientais. Geociência, São Paulo, 5 out. 2010. Disponível em: <https://www.revistageociencias.com.br/geociencias-arquivos/30_3/Art%2013_Sano.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2020.

SANTOS, C. C. M. dos. Impactos da modernização da agricultura no Oeste baiano: repercussão no espaço do cerrado a partir da década de 80. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Instituto de Geociências, Salvador, 2000.

SANTOS, C. M.; VALE, R. (Org.). *Oeste da Bahia: trilhando velhos e novos caminhos do Além São Francisco*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

SANTOS, C. C. M. dos. OS CERRADOS DA BAHIA SOB A LÓGICA DO CAPITAL. Revista Ideas - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 76-108, jan.-jun. 2008.

_____. *O espírito do capitalismo na ocupação dos cerrados da Bahia e do Piauí*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2015.

_____. O espírito do capitalismo na ocupação dos cerrados brasileiros dos estados da Bahia e do Piauí. In: Revista de Geografia e Ordenamento do Território. [S. l.], v. 8, p. 229-253, 2015.

_____. PROGRAMA DE COOPERAÇÃO NIPO-BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS- PRODECER: UM ESPECTRO RONDA OS CERRADOS BRASILEIROS. In: Estudos Sociedade e Agricultura. (Rio de Janeiro, v. 24, p. 384-416, 2016.

_____. MATOPIBA: UMA NOVA FRONTEIRA AGRÍCOLA OU UM REORDENAMENTO GEOGRÁFICO DO AGRONEGÓCIO E DOS ESPAÇOS PRODUTIVOS DE “CERRADOS”? Cadernos do CEAS, Salvador/Recife, n. 245, p. 589-619, set./dez. 2018.

Informações sobre os/as autores/as:

Léia Patricia Conceição Santos de Jesus

Bolsista PIBIC/FAPESB, licencianda em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. leiapatricia.pcsj@outlook.com
Orcid: 0000-0003-1889-2142

Clóvis Caribé Menezes dos Santos

Professor Titular do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia – DCHF, Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS/Bahia. Orientador. cloviscaribe@uol.com.br
Orcid: 0000-0002-9790-801X

Artigo recebido em 31/05/2020 e aceito em 04/06/2020